

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

CNPJ nº 61.699.567/0013-26
Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
ATIVO	2017	2016	PASSIVO
Ativo Circulante	60.254.074,92	95.208.170,13	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	469.349,51	6.093,59	Fornecedores (nota 3.8)
Caixa (nota 3.1)	5.000,00	0,00	Serviços de Terceiros
Bancos conta movimento (nota 3.1)	50.988,16	389,57	Pessoa Física/Jurídica (nota 3.9)
Aplicações Financeiras (nota 3.1 e 3.2)	413.361,35	5.704,02	Salários a pagar (nota 3.10)
Clientes	58.472.832,48	93.925.082,31	Contribuições a receber (nota 3.11)
Prefeitura Município de Guarulhos (nota 3.3.1)	25.251.668,62	61.006.293,29	Provisão de férias (nota 3.13)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	12.785.914,56	12.483.539,72	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)
Valores em Negociação - Convênio (nota 3.3.3)	20.435.249,30	20.435.249,30	Provisão de PIS sobre férias (nota 3.13)
Outros Créditos	624.365,31	665.396,38	Estimativa de rescisão contratual (nota 3.14)
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	0,00	58.454,84	Impostos a recolher (nota 3.12)
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	13.937,22	14.244,96	Obrigações Tributárias (nota 3.16)
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	0,00	1.605,73	Empréstimo a funcionário
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.4)	29.391,80	72,97	Lei 10.820/03 (nota 3.17)
Depósito judicial (nota 3.4.5)	53.743,00	60.802,00	Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.18)
Valores a Recuperar (nota 3.4.6)	527.293,29	527.293,29	Outras contas a pagar (nota 3.20)
Despesas Pagas Antecipadamente	0,00	31.229,11	Recebimento de materiais
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	0,00	31.229,11	de terceiros (nota 3.23)
Estoques	687.527,62	580.368,74	Financiamentos/Empréstimos/Parcelamento (nota 3.22)
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 3.6)	687.527,62	580.368,74	Outros valores de terceiros (nota 3.24)
Ativo Não Circulante	505.316,37	693.128,87	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.21)
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7 e 3.7.1)	484.420,67	663.871,45	Passivo Não Circulante
Imobilizado - Bens de Terceiros	2.604.153,83	2.608.941,42	Provisão de Despesa
Ajuste vida útil econômica Bens de Terceiros	(2.119.733,16)	(1.945.069,97)	Processos Cíveis (nota 3.19)
Ativo Intangível	20.895,70	29.257,42	Provisão de Despesa
Intangível - Terceiros (nota 3.7 e 3.7.1)	41.800,00	41.800,00	Processos Trabalhistas (nota 3.19)
Ajuste vida útil econômica Intangível Terceiros	(20.904,30)	(12.542,58)	Provisão de Despesa
Total do Ativo	60.759.391,29	95.901.299,00	Processos Tributários (nota 3.19)

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Descrição	2017	2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultados do exercício/período	0,00	0,00	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	0,00	0,00	
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00	
Ajuste nas contas patrimoniais	689.656,67	0,00	
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em contas a receber	35.524.510,01	(34.283.405,50)	
(Aumento) Redução em estoques	35.420,49	528.561,64	
Aumento (Redução) em fornecedores	1.237.132,24	1.319.322,64	
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(38.026.463,49)	32.388.290,17	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(187.812,50)	(232.303,42)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(727.556,58)	(279.534,47)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00	
(-) Adição de Bens de Terceiros	187.812,50	232.303,42	
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	187.812,50	232.303,42	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	153.473.458,72	138.702.465,56	
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(152.470.458,72)	(138.702.465,56)	
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	1.003.000,00	0,00	
Aumento (Redução) nas disponibilidades	463.255,92	(47.231,05)	
No início do período	6.093,59	53.324,64	
No final do período	469.349,51	6.093,59	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em Reais						
Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício
Saldo 31/12/2015		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo 31/12/2016		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Recebidas		689.656,67	0,00	0,00	0,00	689.656,67
Saldo 31/12/2017		689.656,67	0,00	0,00	0,00	689.656,67

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e 2016
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretrix primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi construída no bairro dos Pimentas, no município de Guarulhos, com verba federal e convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, tem por objetivo atender de forma equânime conforme os princípios do SUS, prestando serviços de assistência à saúde pública, com qualidade e compromisso social. A unidade é um hospital geral, atualmente com 121 le-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Descrição	2017	2016	
Receita Bruta de Serviços			
Prestados com Restrições	93.684.285,96	98.849.723,13	
Prefeitura Município de Guarulhos (nota 4.1)	78.576.993,60	83.006.210,85	
Trabalhos Voluntários (nota 8.4)	15.814,65	13.247,19	
Iseção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (nota 8.1)	12.285.119,54	12.923.615,71	
Iseção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (nota 8.2)	449.048,35	416.463,06	
Iseção usufruída - COFINS (nota 8.3)	2.357.309,82	2.490.186,32	
(-) Receita Líquida de Serviços	93.684.285,96	98.849.723,13	
Prestados com Restrições	787.652,53	87.598,83	
(+) Outras Receitas com Restrições - Afiliadas	731.646,00	28.936,01	
Outras Receitas	731.646,00	28.936,01	
Descontos Recebidos	144,66	17.607,95	
Financeiras	24.778,91	6.015,13	
Doações Recebidas (nota 4.3)	31.082,96	35.039,74	
(-) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas	94.471.938,49	98.937.321,96	
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições	78.371.517,81	79.302.519,83	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	44.187.098,08	44.884.207,91	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	2.245.241,78	2.082.315,20	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	15.358.668,46	15.805.708,83	
(-) Manutenção e Conservação	0,00	340.287,03	
(-) Mercadorias	5.342.473,66	6.261.706,26	
(-) Financeiras	0,00	27,67	
(-) Outros Custos	0,00	0,00	
(-) Tributos	0,00	0,00	
(-) Iseção usufruída - INSS			
Serviços próprios	10.788.987,48	9.629.754,87	
(-) Iseção usufruída - INSS Serviços terceiros	449.048,35	298.512,06	
(-) Iseção usufruída - COFINS	0,00	0,00	
(-) Trabalho Voluntário	0,00	0,00	
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	16.100.420,68	19.634.802,13	
(-) Despesas Operacionais com Restrições	6.848.287,98	8.444.108,53	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	1.391.054,56	1.587.356,75	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	0,00	70.902,94	
(-) Manutenção e Conservação	132.799,05	521.852,01	
(-) Mercadorias	3.855.173,91	2.615.526,20	
(-) Financeiras	0,00	470.183,63	
(-) Outras Despesas	6.361,65	9.626,72	
(-) Tributos	15.814,65	13.247,19	
(-) Trabalhos Voluntários	217,00	0,00	
(-) Outras Despesas	1.496.132,06	3.293.860,84	
(-) Iseção usufruída - INSS Serviços próprios	0,00	117.951,00	
(-) Iseção usufruída - INSS Serviços terceiros	2.357.309,82	2.490.186,32	
(-) Iseção usufruída - COFINS	0,00	0,00	
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições	0,00	0,00	

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Descrição	2017	2016	
1 - Receitas	94.447.014,92	98.913.698,88	
1.1) Prestação de serviços	78.592.808,25	83.019.458,04	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00	
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	762.728,96	63.975,75	
1.4) Iseção usufruída sobre contribuições	15.091.477,71	15.830.265,09	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	23.404.000,01	25.347.819,44	
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	0,00	
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	5.342.473,66	6.261.706,26	
2.3) Serviço de terceiros e outros	17.997.246,89	19.013.059,34	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	217,00	0,00	
2.5) Outros	64.062,46	73.053,84	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	71.043.014,91	73.565.879,44	
4 - Retenções	0,00	0,00	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	71.043.014,91	73.565.879,44	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	24.923,57	23.623,08	
6.1) Receitas financeiras	24.923,57	23.623,08	
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	70.067.938,48	73.589.502,52	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	71.067.938,48	73.119.318,89	
8.1) Pessoal e encargos	51.051.200,71	53.341.563,63	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	3.631,65	9.626,72	
8.3) Juros	3.791.111,45	2.542.500,03	
8.4) Aluguéis	1.130.516,96	1.395.363,42	
8.5) Iseção usufruída sobre contribuições	15.091.477,71	15.830.265,09	
8.6) Lucros retidos / prejuízo do exercício	0,00	0,00	

tos, que oferece assistência de urgência e emergência a cerca de 450 mil habitantes da região, com uma média de 5.400 atendimentos mensais, com gerenciamento de protocolos de dor torácica, AVC com trombolise e sepse. O Ambulatório da unidade, estratificado por risco e integrado com a rede, atende cerca de 1.400 pacientes/por mês nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, neurologia adulto e infantil, ortopedia e otorrinolaringologia. Também oferece serviço de reabilitação para pacientes ortopédicos e neurológicos, adulto e infantil, com disponibilização de aproximadamente 1.030 vagas mensais, com equipe multidisciplinar que envolve, fisio-terapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acupuntura, ambulatório da dor e tai chi chuan. Disponibiliza também setor de apoio diagnóstico com exames de mamografia, tomografia, ecodopler, eletroencefalograma, eletroencefalografia e ultrassonografia. O Convênio do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi celebrado em 07/08/2006 através do Convênio 01/2006-FMS entre a SPDM e a Prefeitura do Município de Guarulhos, com vigência de 5 (cinco) anos, com o objetivo de cooperação técnica para a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre convenientes, nas atividades de assistência médica, ensino e pesquisas praticadas no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, com interveniência do Sistema Único de Saúde. A unidade teve suas atividades iniciadas em 18/09/2006. Em 01/08/2011 tivemos a renovação da parceria com o Município através do Convênio 1222/2011-FMS com vigência inicial de 30 (trinta) meses, se estendendo até a data de 31/07/2016 totalizando R\$ 126.220.000,00 (Cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte mil reais). Em 02/08/2016 foi celebrado um novo Convênio ente a instituição e o Município através do Convênio 0422/2016-FMS com vigência inicial de 12 meses, com montante estipulado em R\$ 84.000.000,00 (Oitenta e quatro milhões de reais). Em 2017 tivemos dois aditamentos desse novo Convênio, totalizando o montante de R\$ 42.000.000,00 (Quarenta e dois milhões de reais) com período vigente até 01/02/2018. A gestão da unidade tem a participação direta da comunidade, representada pelos membros do "Conselho Gestor", onde a comunidade participa ativamente das decisões sobre a gestão do Convênio. O Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso tem o reconhecimento de qualidade em sustentabilidade e responsabilidade social, e em 2016 obteve a Acreditação ONA Nível III. **Nota de Eventos Subsequentes:** Em 02.02.2018 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina prorrogou o Convênio Nº 0422/2016 por um período de 06 meses, com vigência até 01.08.2018 com recursos mensais no valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Descrição	2017	2016	
Receita Bruta de Serviços			
Prestados com Restrições	93.684.285,96	98.849.723,13	
Prefeitura Município de Guarulhos (nota 4.1)	78.576.993,60	83.006.210,85	
Trabalhos Voluntários (nota 8.4)	15.814,65	13.247,19	
Iseção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (nota 8.1)	12.285.119,54	12.923.615,71	
Iseção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (nota 8.2)	449.048,35	416.463,06	
Iseção usufruída - COFINS (nota 8.3)	2.357.309,82	2.490.186,32	
(-) Receita Líquida de Serviços	93.684.285,96	98.849.723,13	

Instituição	Financieira	Tipo de Operação	Taxa %	Prazo	31/12/2017
Banco Bradesco	Capital de Giro		1,83	60 meses	12.430.000,00
3.23 - Recebimento de materiais de terceiros: Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. 3.24 - Outros valores de terceiros: Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. 3.25 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 3.26 - Apuração do Resultado: Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. 4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. 4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. 4.3 - Doações: Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2017 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 31.082,96 (Trinta e um mil, oitenta e dois reais e nove centavos), enquanto que em 2016 foi de R\$ 35.039,74 (Trinta e cinco mil, trinta e nove reais e quatro centavos). 4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2017, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:					

Convênio	R\$
Convênio 0422/2016	77.872.224,67
Total	77.872.224,67

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos posteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (item 12 e 15), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), Itens 12 e

15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2017 a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 78.659.877,20 (Setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte centavos), regime de caixa, e seus recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 79.380.460,78 (Setenta e nove milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 720.583,58 (Setecentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "Valores em negociação contrato/convênio", ao final do Convênio. **6.1 - Ênfase do Resultado:** Alguns aspectos relevantes que podem ter ocasionado o saldo deficitário, podemos citar: • Em 2017, as cirurgias eletivas apresentam um resultado de produção muito superior à meta contratada, tanto em atendimentos, quanto em dispensação de medicamentos, que estão diretamente ligados a custos diretos resultando aparentemente em um resultado desfavorável. • Durante o exercício de 2017, os valores dos repasses foram efetuados com constantes atrasos, prejudicando a gestão financeira da unidade. • Ainda nesse exercício, houve um aumento de cerca de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) nas despesas financeiras devido a necessidade de maior importe de empréstimos financeiros junto à instituição privada devido atrasos nos repasses municipais. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), apresentou a seguinte produção em 2017:

Produção - 2017	SUS
Linha de Atendimento	7.298
Saídas Hospitalares	7.312
Nº de paciente dia	43.715
Nº de Cirurgias	1.486
nº de Partos	2.370
Diárias de UTI - Total	6.118
Internação/Atendimento Domiciliar	-
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	81.066
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	81.066
Atendimento Ambulatorial - Total	32.616
Consulta médica	18.653
Atendimento não médico	13.963
HD/Cirurgia ambulatorial	-
SADT - Total	59.151
Tratamento Especializado	-
Radioterapia	-
Quioterapia	-
Nefro-dialítico	956
Transplantes - Total	-
Transplante córnea	-
Transplante hepático	-
Transplante medula óssea	-
Transplante renal	-

8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 15.091.477,71 (Quinze milhões, noventa e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos). Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explica-

tivas. Em face da Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: Demonstração de Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (Inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (Inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **8.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 8-Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 12.285.119,54 (Doze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa reais e cinquenta e quatro centavos). Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 12.923.615,71 (Doze milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quinze reais e setenta e um centavos). **8.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 449.048,35 (Quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco centavos). Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 416.463,06 (Quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e seis centavos). **8.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 2.357.309,82 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e nove reais e oitenta e dois centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 2.490.186,32 (Dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos). **8.4 Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2017 corresponde a R\$ 15.814,65 (Quinze mil, oitocentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos). Em 2016 o montante foi de R\$ 13.247,19 (Treze mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa centavos). **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão com o ativo e passivo não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento. • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Guarulhos, 31 de Dezembro de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Paulo Fernando G. M. M. Tierno
Diretor Técnico

Regiane Aparecida Fontes da Silva
Contadora - CRC 1SP218012/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Continuidade de Gerenciamento:** Em 02.02.2018 a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina prorrogou o Convênio Nº 0422/2016 por um período de 06 meses, com vigência até 01.08.2018 com recursos mensais no

valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais). A entidade participou do Chamamento Público Nº 06/2017 cujos documentos foram entregues em 12.03.2018 e aguarda o resultado do chamamento público para dar continuidade a gestão dos serviços de saúde no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da au-

ditória. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04, Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

Kloekner Metals Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 08.879.248/0001-86 - NIRE 35.300.385.101

Aviso aos acionistas 2ª convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 02/05/2018

Ficam os Srs. Acionistas convocados para se reunirem em AGO/E, que se realizará, às 11:00 horas do dia 02/05/2018 à Rua Dianópolis, 122, 1º andar, Parque da Mooca, São Paulo/SP, CEP 03125 100, para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III. eleger os administradores; IV. Outros assuntos de interesse da companhia. São Paulo 25.04.2018. Aparecido **Donizete Dias** - Diretor (25, 26 e 27/04)

IGA Participações S.A.

CNPJ 04.238.150/0001-99 - NIRE 35300154860

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os acionistas da **IGA Participações S.A.** ("Sociedade") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá em 4.5.2018, às 10h00, na sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, São Paulo (SP), a fim de: **1)** elevar o capital social, mediante capitalização de reservas, sem emissão de ações; e **2)** consolidar o Estatuto Social, com a alteração mencionada acima. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo (SP), 26 de abril de 2018. Diretoria - Alessandro Broedel Lopes - Diretor. (26/27/28)

POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ Nº 45.184.066/0001-17

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Policlín S/A Serviços Médico-Hospitalares para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 11 de maio de 2018, às 10:00 horas, na Diretoria da Empresa localizada na Rua Cel José Domingos de Vasconcelos, nº 216, na cidade de São José dos Campos - SP, com a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; b) Outros assuntos correlatos de interesse social. São José dos Campos, 25/04/2018. A Diretoria. (25-26-27)